

| 614 | LONDRES 2012 E RIO DE JANEIRO 2016: MODELOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA

Gilmar Mascarenhas de Jesus

Resumo

A partir da reflexão acumulada em quase dez anos de investigação acerca do “urbanismo olímpico”, e do exame de novas empirias em curso, pretendemos colocar em debate os sentidos e tendências na produção da cidade olímpica contemporânea. Tomaremos o caso de Londres (2012) e do Rio de Janeiro (em sua preparação para os Jogos de 2016), para averiguar como as quatro dimensões que consideramos fundamentais (simbólica, cidadã, físico-territorial e político-institucional) compuseram quadros e experiências de governança singulares; e como tais cenários podem ser remetidos a experiências anteriores, bem como nos reportar à sondagem de novas tendências na produção da cidade olímpica. Como em Barcelona, o projeto dos Jogos de Londres foi concebido no âmbito de uma gestão local de esquerda e está focado na regeneração urbana em antiga zona “desindustrializada”, além do investimento na melhoria do sistema metropolitano de transportes públicos. O que, todavia, não o redime de contradições e dúvidas sobre o legado futuro. O projeto do Rio de Janeiro, por sua vez, mais se assemelha ao modelo Pequim 2008, pela monumentalidade, orçamento vultoso, ausência de canais de diálogo com a sociedade civil e alto índice de despejos violentos. Concebido no auge da vigência do empreendedorismo urbano no governo local, e influenciado pela era neodesenvolvimentista no Brasil, o projeto terá grande impacto na materialidade urbana, acirrando contrastes socioespaciais ao se vincular diretamente a grandes interesses do setor imobiliário, sendo por isso alvo de críticas e de mobilização da sociedade civil organizada.

Palavras-chave: cidade olímpica - modelos - conflitos -Londres - Rio de Janeiro.

Introdução

Os Grandes Eventos Esportivos da atualidade se definem por um conjunto de competições periódicas, geralmente quadrienais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizados, sobretudo em se tratando dos Jogos Olímpicos de Verão. Nesse sentido, conferem ao pesquisador a oportunidade de refletir sobre temas mais amplos como globalização e guerra dos lugares, movimentos sociais e territorialidades, cidadania e gestão urbana, city marketing, dentre outros.

Atualmente, realizar megaeventos esportivos implica a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande “centro midiático global”, as cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, com inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados. Enquanto grandes projetos de desenvolvimento urbano que visam legitimação

(construir um “legado”), também representam uma oportunidade para pensar e enfrentar crônicos problemas da cidade.

O que chamamos de “produção da cidade olímpica” envolve pelo menos quatro dimensões fundamentais e articuladas entre si:

1) A dimensão físico-territorial, expressa na infraestrutura urbana requerida pelo megaevento. Um conjunto de transformações na materialidade da cidade, no sentido de dotá-la de equipamentos específicos (esportivos e de alojamento provisório), e condições também específicas de acessibilidade, externa e interna.

2) A dimensão político-institucional, expressa na coalizão de forças e interesses, desde a formatação do dossiê de candidatura, à implementação das medidas, através da formação de uma entidade gestora temporária, o que requer quase sempre a imposição de excepcional supressão da legalidade na gestão do urbano.

3) A dimensão cidadã, que compreende os direitos humanos e o envolvimento da sociedade civil, bem como sua contestação aos projetos, aos desrespeitos para com as comunidades e aos privilégios concedidos à “família olímpica”.

4) A dimensão simbólica, expressa na retórica legitimadora evento e seu legado, no citymarketing, na manipulação da positividade dos valores esportivos e “olímpicos” e nos elementos do discurso “patriótico” da cidade.

A partir da reflexão acumulada em quase dez anos de investigação acerca do “urbanismo olímpico” (Mascarenhas, 2004), e do exame de novas empirias em curso, pretendemos colocar em debate as experiências mais recentes de produção da cidade olímpica. Tomaremos o caso de Londres (2012) e do Rio de Janeiro em sua preparação para os Jogos de 2016, para averiguar como as dimensões supracitadas compuseram quadros singulares, e como tais quadros podem ser remetidos a experiências anteriores em outros lugares, bem como nos reportar a existência de novas tendências na produção da cidade olímpica. Sendo profundamente imbricadas, todas as dimensões serão consideradas, no entanto, ênfase especial será concedida à dimensão físico-territorial.

O texto se divide em três segmentos. O primeiro dedicado a reflexões sobre cidade e olimpismo; o segundo analisa o caso de Londres 2012, e o terceiro aborda o caso do Rio de Janeiro 2016.

I - Cidade e olimpismo: elementos e ferramentas de análise

Em algum momento passado, organizar um encontro internacional de esportistas em determinada cidade poderia ser simplesmente uma festa de confraternização. Congraçamento de povos diferentes saudando o vigor da juventude, sem qualquer ônus significativo aos cofres públicos. Todavia, no transcorrer de um século, a chamada economia do esporte passou por profundas transformações. O motor das ações migrou progressivamente das motivações mais espirituais para aquelas precisamente materiais ou monetárias. Desse movimento surgiu o chamado “atleta profissional”, aquele que se dedica exclusivamente ao esporte, em troca de salários e outras compensações financeiras¹.

Inicialmente recebendo eventual ajuda financeira de banqueiros, industriais e outros simpatizantes da causa racista, nacionalista e colonialista da “religião” de Coubertin (Brohm, 2008, p. 32), o olimpismo não tardou a despertar interesse político e econômico, passando a promover eventos cada vez mais destacados no cenário mundial.

Nesse sentido, contrariando o falso ideal aristocrático de “pureza”, a primeira metade do século XX assistiu a uma lenta e progressiva associação dos eventos olímpicos com interesses empresariais, algo inevitável posto que diversas modalidades esportivas já se organizavam como espetáculo de massas em bases capitalistas, remunerando seus atletas, tais como o futebol, a corrida de cavalos e o beisebol, inserindo-se na nascente e lucrativa indústria do entretenimento urbano (Barth, 1980). Marcas comerciais foram se associando ao olimpismo para fins de publicidade, e este dificilmente poderia abrir mão de recursos, uma vez que os jogos cresciam em porte e em sofisticação das instalações. Nesse sentido, a edição de Los Angeles (1932) foi um marco. A partir de 1960, com o começo da difusão das olimpíadas pelas redes de televisão, os contratos de marketing cresceram vertiginosamente.

Neste processo, a auto-intitulada “ala progressista” do movimento olímpico sugeria o fim do amadorismo, sob alegação de visar garantir a qualidade do espetáculo, através da exibição de atletas de alto nível. O amadorismo seria revogado apenas em 1981, um ano após a eleição de Juan Samaranch, catalão de histórico franquista que realizou a famosa “virada olímpica”, alterando profundamente a forma de organização do olimpismo, no sentido de torná-lo a poderosa corporação internacional de nossos dias. A completa reformulação da Carta Olímpica, em 1991, consolidou esse processo de mudança na direção dos interesses mercadológicos (Proni, 2008).

¹ A grande maioria das modalidades envolvidas desconhecia, no início do século XX, essa possibilidade de mercantilização, permanecendo assim com atletas “amadores”. Por atleta amador entenda-se aquele que se dedica ao esporte sem qualquer expectativa de retorno material. Portanto, aquele indivíduo que pratica esporte por prazer e apenas nas horas disponíveis, no âmbito de seu tempo livre.

Em suma, a partir de 1980, a penetração de interesses empresariais no campo esportivo assumiu proporções inéditas, redefinindo profundamente sua organização, sobretudo no âmbito da “indústria olímpica”². Contratos milionários patrocinaram a elevação dos eventos esportivos ao patamar de opulento espetáculo monumental de nossos dias. Este conjunto de mudanças na gestão global da economia do esporte se insere, obviamente, no contexto de afirmação do neoliberalismo, e também podemos associar com a mudança nos paradigmas de planejamento e gestão das cidades.

Nas últimas décadas as transformações gerais do capitalismo repercutiram sobremaneira na produção e gestão das cidades em escala mundial. Face à reorganização do estado-nação, as cidades reconquistaram autonomia e importância, adquirindo crescente *protagonismo* no cenário mundial (Maricato, 2000). Ao mesmo tempo, a tradicional matriz modernista-funcionalista de planejamento urbano, dominante até a década de 1970, que se fundamentava na centralidade do aparelho estatal e em padrões holísticos de uso e ocupação do solo urbano, vem sendo desmontada pela ideologia neoliberal.

Neste contexto, emerge em seu lugar o chamado “planejamento estratégico”, cuja crítica fundamental foi construída no Brasil por Carlos Vainer (2000) e mais tarde seus caminhos de difusão internacional estudados por Pedro Novais Lima Jr. (2010). Na contramão do tradicional planejamento físico-territorial, de caráter holístico, o novo modelo de planejamento passa a enfatizar a implementação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento urbano - GPDU(s) - como vetores privilegiados e “estruturantes” do desenvolvimento. Operações emblemáticas, voltadas para a monumentalidade espetacular e projeção da imagem urbana, tais iniciativas vêm, quase sempre, acompanhadas das parcerias público-privadas, da desregulamentação edilícia, da concessão de vantagens fiscais e da privatização dos espaços urbanos.

O interesse de governos urbanos pela promoção de megaeventos esportivos decorre não apenas da necessidade de projeção global num contexto de “guerra dos lugares”, mas também da articulação local de interesses do setor imobiliário e das grandes empreiteiras. Assim, a partir de 1980, cada olimpíada tem sido, cada vez mais, uma rodada de grandes intervenções no espaço urbano, incidindo na valorização da terra e processos de gentrificação.

² Termo empregado por Hellen Lenskyj (2008), em detrimento daqueles propostos pelos simpatizantes e acrílicos, tais como “família olímpica”, “espírito olímpico” e “movimento olímpico”, que soam positivamente. Segundo a autora, o termo “indústria” elucida a natureza essencialmente lucrativa do olimpismo, além de realçar sua natureza “produtiva” e coercitiva (e não lúdica), associada a outras grandes corporações multinacionais, numa poderosa articulação onde o esporte, na verdade, cumpre um papel menor.

Neste sentido, em 1988, os Jogos Olímpicos de Seul vão custar o triplo da edição anterior, de Los Angeles (Shaw, 2008: 185). Para além das instalações esportivas, Seul cumpriu projetos urbanísticos de elevada envergadura, redefinindo centralidades e constituindo verdadeiros marcos na evolução urbana, projetando no cenário internacional a potencia do “Tigre Asiático”, e multiplicando a visitação turística. Evidentemente, ao custo de remoções forçadas dos seus habitantes: estima-se que 15% da população tiveram de buscar novos locais para morar, e que 48 mil edifícios foram destruídos (Rolnik, 2010). E sua vila olímpica foi comercializada para a classe média-alta, com base na estratégia de aporte simbólico do evento como elemento de valorização imobiliária, outro marco importante na evolução dos jogos, posto que do pós-segunda guerra até 1980 (Jogos de Moscou) prevalecia o uso posterior das vilas como instrumento de política de habitação social no âmbito do Welfare State (Mascarenhas, 2004).

A edição seguinte, a de Barcelona, é por demais conhecida (Mascarenhas, 2008; Delgado, 2007), e por isso evitaremos aqui comentar, apenas registrar que superou os gastos de Seul. Mas o grande salto corresponde aos Jogos de 2004, em Atenas, e mais ainda a edição posterior, a de Pequim. Mergulhada na recente crise econômica da “zona do euro”, a Grécia ainda hoje lamenta os efeitos duradouros do endividamento e dos gastos exorbitantes com os jogos. Pequim, por sua vez, exagerou a ponto de quadruplicar o custo do evento em relação ao anterior, no afã de exibir para o mundo a nova potencia e sua civilidade, sem evitar enorme violência e autoritarismo, conforme detalhou Broudehoux (2007). Realizou grandes investimentos na infraestrutura urbana, com destaque para a expansão colossal do metrô e do aeroporto, mas serviu também para acentuar o processo de segregação socioespacial em Pequim, com remoções em massa e destruição do patrimônio histórico (os *hutongs*), além de edificar estruturas esportivas monumentais, imponentes, verdadeiros elefantes brancos hoje abandonados, como o famoso “Ninho de Pássaro” (mais caro estádio da História) e diversas outras instalações, posto que inúmeras modalidades esportivas não são praticadas no país.

Diante deste quadro, questionamentos em escala global atingem o modelo hegemônico de produção do megaevento esportivo. Preocupado em preservar a “marca” valiosíssima das olimpíadas, o Comitê Olímpico Internacional vem trabalhando no sentido de atenuar excessos, como os verificados em Pequim, e legados polêmicos, como os de Atenas. A própria escolha de Londres, em 2005, para os próximos jogos de 2012, reflete esta postura, posto que a cidade apresentou candidatura pautada na revitalização de área periférica desindustrializada e projeto urbanístico que gera análises simpatizantes na superficialidade da grande mídia. Mas que não consegue esconder a remoção de ampla

atividade econômica (nem sempre informal) existente no local onde hoje está o Parque Olímpico, tornada completamente “invisível” pelo discurso olímpico e tratada como um “vazio” a ser revitalizado, conforme estudo de Raco e Tunney (2010). Sobre o caso Londres, dedicaremos a seguir alguns comentários.

II - Londres 2012: desnudando o modelo, entre a promessa e o legado

Os Jogos de Londres elegeram a zona leste como palco central dos acontecimentos e dos investimentos. Decisão locacional que surpreendeu a muitos, considerando a persistente dicotomia econômica e social no espaço urbano londrino.

Para melhor compreender o significado da zona leste no contexto atual de Londres, é preciso recuar um pouco no tempo, no processo histórico de produção do espaço metropolitano. No início do século XIX, quando era considerada a maior cidade do mundo, os efeitos da revolução industrial já se faziam sentir claramente na estruturação do espaço urbano londrino. As fábricas se concentravam sobretudo ao norte da “city”, numa espécie de primeiro cinturão fabril. Todavia, o advento e a rápida expansão das ferrovias, a partir de 1830, favorecerão a dispersão do espaço fabril e o surgimento de novos padrões locacionais, fugindo dos elevados preços da terra urbana no entorno imediato do centro (Hoggart e Green, 1991, p.19) de forma que já no final deste século, o leste londrino é marcadamente a principal zona industrial da cidade. O bairro de Stratford (onde se inserirá mais tarde o Parque Olímpico de 2012) compõe esta zona.

Londres foi a capital de um vasto império durante o século XIX, aglomerando milhões de habitantes num cenário inédito de concentração espacial de riqueza, monumentalidade e níveis de pobreza extrema. Enquanto o leste (seguido pelo norte londrino) concentra as zonas proletárias altamente precarizadas, o oeste se consagra como o lado oposto e reluzente da capital. Ali se concentram os principais parques urbanos, os palácios, as residências imperiais. Há séculos as elites elegeram o oeste como zona especial de amenidades, distanciando-se do barulho e odores das docas e das manufaturas. Políticas urbanas foram paulatinamente consolidando esta segregação espacial, removendo núcleos de pobreza e criando locais emblemáticos como o Hyde Park, onde foi realizada a Grande Exposição de 1851. Em linhas gerais, este padrão espacial dicotômico se conserva até os dias atuais.

As últimas três décadas trouxeram novos elementos ao arranjo espacial londrino. A desindustrialização, o desmonte do welfare state e o “renascimento de Londres” (como

grande centro financeiro) colocou o leste em foco: pobreza, convulsões e proximidade da reluzente zona de Canary Warlf. Vários projetos, desde a década de 1980, voltados para habitação social e transporte público, não foram implementados, pois no novo cenário de gestão neoliberal, as demandas básicas de investimento em infraestrutura na zona leste (tais como um aprovado projeto de expansão da linha Jubilee, do metrô) deveriam aguardar o interesse privado, já que somente com volumes substanciais de apoio empresarial este projeto seria executado (Hoggart e Green, 1991, 149). Em suma, a era “tatcheriana” viria comprometer ainda mais as condições precárias da zona leste e de outros bolsões de pobreza na cidade, que serão igualmente palco das principais revoltas na década de 1980 (Hoggart e Green, 1991, 225).

Nesta conjuntura adversa, de precarização e crescente abandono dos serviços públicos essenciais, e portanto de preocupante crescimento da polarização socioeconômica, foi eleito no ano 2000, para a prefeitura londrina, um candidato independente, oriundo do Labour Party, mas que deste havia se afastado por dissidências ideológicas: Ken Livingstone. Este propunha uma atitude mais “à esquerda” em relação ao novo tom do partido, que sustentava o então badalado Primeiro Ministro Tony Blair, eleito três anos antes. Contando com vasto apoio dos movimentos sociais, Livingstone empreendeu um novo sentido à gestão urbana, embora atuando dentro de limites severos impostos pela conjuntura política nacional, pela condição de “cidade mundial” e sobretudo pelos ditames da “globalização neoliberal”, conforme apontou Doreen Massey (2007). A implantação de um sistema unificado para o uso dos transportes públicos da Grande Londres, de especial favorecimento às camadas populares, é considerado um dos marcos do tom distributivista de sua gestão.

O projeto de candidatura de Londres aos jogos olímpicos foi concebido em sua primeira gestão (2000-2004). Não pretendemos aqui investigar quais instituições e agentes concretos estiveram envolvidos neste debate e neste projeto, mas podemos afirmar que os principais agentes do movimento olímpico britânico estavam não apenas bastante interessados em acolher os jogos, mas sobretudo convencidos de que para conquistar este direito deveriam apostar numa cidade do porte de Londres. Na década anterior, duas candidaturas inglesas haviam sido preteridas: Manchester e Birmingham, em favor de candidaturas oriundas de centros urbanos de maior porte. As mudanças em curso no universo dos jogos e do urbanismo olímpico apontavam para a realização de megaprojetos de elevados custos, bem como a estratégia de preferência por cidades mais importantes no cenário mundial.

Os organizadores dos jogos, reunidos na Olympic Delivery Authority (O.D.A.), jamais negaram ter em Barcelona a inspiração principal, por sua capacidade de regeneração urbana e seu “planejamento de longo prazo que colocou a cidade em novo rumo” (Barret e Dyckhoff, 2012, p.24). Tendo sido realizada no ano seguinte à desastrosa experiência olímpica de Atenas (2004), e tendo já em vista os Jogos de Pequim (2008) a anunciar um modelo dispendioso, monumental e antipopular, a escolha da sede de 2012 foi marcada por este quadro de pressões e riscos de desgaste da imagem do movimento olímpico internacional. Nesta conjuntura delicada, a candidatura londrina, fundada no discurso da sustentabilidade e no modelo Barcelona, já seria por si palatável ao Comitê Olímpico Internacional. Mais do que isso, Londres anunciava a preocupação social para com os pobres, ao eleger uma área periférica e deprimida para ser o centro dos jogos, e por eles ser completamente regenerada. E com baixo índice de remoções de residentes, sendo o local ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas, além de terrenos “contaminados”, como um típico “Brownfield”.

Stratford, o local escolhido, situa-se na empobrecida zona leste, predominantemente ocupado por população imigrante de baixa renda. Numa cidade que historicamente elegeu as zonas oeste e sul como as privilegiadas, dotadas de amplos parques, residência real, campos de golfe e outros equipamentos nobres, foi sem dúvida surpreendente o anúncio da escolha de Stratford para acolher o evento. E a partir dos jogos o local se redefiniu, tornando-se um novo subcentro na metrópole.

Mas os Jogos de 2012 também dialogam, de alguma forma, com o projeto maior, gestado nos anos do “thatcherismo”, que tornou Londres uma verdadeira “global city”, centro financeiro de primeiro escalão. A proclamada “reinvenção de Londres”, conforme advertiu Doreen Massey (2007, p.62) apostava sua retórica numa troca simples e muito “benéfica”: substituir o velho proletariado fabril e os estivadores por uma nova classe trabalhadora, moderna, limpa e bem vestida, ocupada no terciário superior, em especial no setor financeiro. Apenas se esqueceram de avisar que esta mudança implicava elevação brutal dos preços da terra urbana e por conseguinte maior periferização dos pobres, estes aliás, excluídos do novo mercado de trabalho. A Londres reinventada pelos liberais é uma cidade dividida (op.cit., p, 72), entre a vitrine reluzente do moderno e as zonas obscuras da pobreza e desemprego.

Estivemos na cidade, em julho e em setembro de 2012, portanto durante e logo após o evento. A sociedade civil não chegou a produzir uma reação consistente de crítica aos

jogos³. Apenas alguns aspectos pontuais foram alvo de questionamento. Comparando a situação aos níveis de reação popular registrados recentemente na África do Sul (Copa do Mundo 2010), Vancouver (Jogos Olímpicos de Inverno, 2010) e no Brasil (para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016), nos pareceu modesto o nível de mobilização e contestação londrinos. O fato de ter havido um número relativamente pequeno de remoções, ajuda a entender, bem como a melhoria do sistema de transporte público em zona periférica e abandonada no contexto da metrópole. Em entrevista a nós concedida, a geógrafa Doreen Massey adiciona outro fator: a popularidade de Ken Livingstone, que permaneceu no governo municipal entre 2000 e 2008, portanto no contexto de formatação e implementação inicial do projeto urbano para os jogos.

Em suma, Londres 2012 supera Barcelona em termos de legado: em ambos os casos a periferia metropolitana conquistou melhorias, mas em Londres foi bem menor o índice de desapropriações. Não podemos ainda, todavia, avaliar completamente o legado de 2012, posto que o futuro do parque olímpico é ainda uma incógnita, bem como o processo de renovação urbana e aceleração da valorização imobiliária que poderá vir a ocorrer em Stratford, numa extensão rumo ao norte do processo de Canary Wharf, que gentrificou de forma violenta trecho da antiga zona portuária, gerando a nova paisagem do East End. Entre Stratford e esta zona, uma via já exhibe intensa gentrificação, com hotéis de famosas cadeias internacionais e edifícios de negócios: a Stratford High Street.

III - Rio de Janeiro: projeto revanchista e espetacular

Para entender o projeto olímpico carioca devemos retroceder a 1992, quando foi firmado acordo de cooperação (a Declaração Rio-Barcelona 1992), prevendo uma agenda de operações conjuntas, incluindo a elaboração de estratégias de desenvolvimento. A consultoria catalã, inspirada na retórica empreendedorista de Castells e Jordi Borja, se fez presente na elaboração da estratégia de desenvolver a cidade a partir da realização de eventos globais, como as olimpíadas.

E assim a cidade do Rio de Janeiro se candidatou aos J.O. de 2004. Naquele ano de 1996, a cidade encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no

³ O site "Games Monitor" concentra as queixas e mobilizações. A militarização do espaço urbano aparece como um dos temas mais abordados durante os Jogos. Atualmente, o foco está no legado do Parque Olímpico. Outros temas, menos relacionados ao espaço urbano, foram alvo de importantes manifestações nas ruas, como o fato de o COI ter como "sponsor" a Dow Chemical, indústria química associada ao desastre de Bhopal. Militantes demandaram que os Jogos tivessem apenas "sponsors" ecológica e socialmente referenciados.

discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, receituário que na mesma época Neil Smith (1996) definiu como o da “cidade revanchista”, a partir da experiência de Nova Iorque.

Em circunstâncias distintas das que geraram mais tarde o projeto de realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e o projeto olímpico 2016, a elaboração do projeto de candidatura contou com relativa participação de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos recursos e equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Naquela ocasião, contamos evidentemente com as recomendações catalãs, que nos trouxeram a perspectiva do “equilíbrio urbano” ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, e o princípio de priorizar o uso de terras públicas, para desonerar o evento.

Pelo projeto, a então abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Nela seriam construídos a vila olímpica e grande número de instalações esportivas. Vale ressaltar que tal infra-estrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha, medida salutar face à crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer.

Perdeu-se todavia aquela disputa para Atenas, mas a cidade do Rio de Janeiro conquistou em 2002 o direito de sediar um evento olímpico de menor porte: os Jogos Pan-americanos de 2007. O que se nota é que o planejamento urbano que envolve este evento apresenta princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura anterior. Desta vez, sem qualquer canal de negociação com a sociedade civil, e movida por um urbanismo *mercadófilo*, a gestão da cidade se orienta no sentido de atender os diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre (entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas.

O projeto olímpico 2016, em grande parte, reproduz esta perspectiva de cidade, de jogos olímpicos “espetaculares”. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu o Pan-2007, a exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão nos três níveis de governo (local,

estadual e nacional). Esmagada pelo poderio de tal coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas se ergueu através da mobilização popular: através do Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana, e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor e disciplina.

Com relação à dimensão físico-territorial, manteve-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. O projeto, todavia, sofreu alteração significativa mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: através de poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais, foi gerado um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender estas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros. Considerando que o conjunto das demais instalações já foram alvo de estudos e publicações (Bienestein et al, 2012), e basicamente consolidam o modelo adotado no Pan-2007, nos deteremos desta vez apenas na zona portuária.

Na primeira década do século XX a cidade construiu seu moderno porto, aterrando todo o entrecortado trecho litorâneo preexistente, repleto de colinas e pequenas praias, criando um retilíneo corredor de quatro quilômetros de extensão. Em 1940, a abertura da Avenida Presidente Vargas contribuiu para isolar a zona em relação ao centro da cidade que se verticalizava, gerando um contraste paisagístico entre este e a zona portuária, com seu casario colonial, velhas igrejas e atividade econômica pautada em pequenas unidades remanescentes do primeiro surto industrial carioca e na estiva.

Considerada zona obsoleta desde o início do processo de modernização (containerização), e preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitação de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais considerados bem sucedidos de reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Londres, Puerto Madero e tantas outras). E assim, o Rio de Janeiro, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, propõe a retomada do contato com a orla, sofisticação e monumentalidades, sob a denominação de Projeto Porto Maravilha. Sem abrir canais de diálogo com a população residente, ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções.

Na retórica do empreendedorismo urbano, aplica-se amiúde a expressão “janelas de oportunidade” para grandes negócios. De fato, os jogos olímpicos propiciaram ao grande capital um contexto único para “invadir” a zona portuária, contando com amplos recursos públicos e facilidades de investimento. Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providencia. Para além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários.

Pela amplitude das intervenções e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale porém frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008”, do que de qualquer outro na história do urbanismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pela natureza autoritária do projeto. São um retrato da atual fase neodesenvolvimentista do Brasil.

Conclusão

A partir da década de 1980, em função da radical reestruturação do movimento olímpico, no sentido da aliança aberta e irrestrita com a grande mídia e o grande capital, os Jogos passaram a se articular com o modelo emergente de planejamento urbano de corte neoliberal. Neste sentido, passaram a impactar mais as cidades, e a apresentar orçamentos gigantescos, comprometendo de forma crescente os recursos públicos. A recorrência de eventos espetaculares e dispendiosos, em sintonia com poderosos interesses imobiliários locais, além de gerar maciças remoções de populações marginais, produziam encarecimento da terra urbana e instalações esportivas sofisticadas que, muitas vezes, após o evento, estavam condenadas ao desuso, como “elefantes brancos”.

Este cenário produziu debates e críticas, que resultaram no crescimento do movimento anti-olímpico. O desgaste da imagem do olimpismo, não interessando ao Comitê Olímpico Internacional, deveria ser portanto administrado. Em resposta, a partir do ano 2000, torna-se preocupação central do movimento olímpico a produção de um “legado positivo” em cada evento. E Barcelona passa a ser considerado o modelo ideal de realização olímpica.

Em 2005, na esteira desta nova “orientação” do olimpismo, a candidatura de Londres foi vitoriosa, por seu projeto que articulava “recuperação de áreas decadentes e periféricas” e sua inspiração em Barcelona. A edição anterior, atendendo a poderosos

interesses econômicos e geopolíticos, desgastara a imagem olímpica pelos gastos chineses exorbitantes.

Na edição seguinte aos jogos de Londres, todavia, novamente os interesses econômicos mais imediatos prevalecem, e percebem no Brasil, potencia emergente, interessante mercado de expansão, incluindo uma América Latina também em franco crescimento (Mascarenhas et al, 2011). Londres e Rio de Janeiro, de alguma forma, refletem a “balança” olímpica, que ora pende para a manutenção de sua imagem que permitirá sustentabilidade de seus lucros a longo prazo, ora pende para ganhos mais imediatos.

Os Jogos de Londres, por isso, representam a faceta pretensamente mais social e “ambientalista” do discurso olímpico. O fato de ter sido concebido no âmbito de um governo socialista (outra semelhança com Barcelona) confere ao projeto elementos muito distintos do verificado no Rio de Janeiro, onde uma gestão assumidamente mercadófila é a mentora do projeto olímpico.

Vimos que, a princípio, os jogos londrinos beneficiaram uma zona degradada, inserida na periferia desindustrializada e de populações migrantes, trazendo modernização de infraestrutura, e sem promover maiores remoções de moradores. Todavia, é cedo para avaliar seu legado mais profundamente, uma vez que pode se formar no local uma extensão do processo de valorização imobiliária verificado no East End, imediatamente ao sul de Stratford.

No Rio de Janeiro, para além da dimensão político-institucional supracitada, temos outro aspecto no qual se distancia de Londres e Barcelona, e se aproxima da via de acumulação espetacular de Pequim: os impactos na materialidade urbana são muito maiores que em Londres. Aliás, os Jogos de 2012 custaram aproximadamente quinze bilhões de dólares, menos da metade do gasto de Pequim 2008. Muito rara esta inflexão na curva de crescimento do custo dos jogos olímpicos, “austeridade” premiada, pois atende a preocupação para com a imagem do movimento olímpico. O Rio de Janeiro certamente gastará muito mais que a edição de Londres.

O Rio de Janeiro, apesar da consultoria catalã, dela herdou apenas o modelo de apropriação e valorização de zonas marítimas para fins de gentrificação e turistificação. Com o diferencial de fazê-lo em área muito maior, com impacto muito mais profundo. Portanto, mais próximo do “modelo Pequim”. Não apenas no volume de recursos, mas no espírito autoritário, pelo uso da força e desrespeito aos direitos humanos, sobretudo no quesito habitação e na ausência de canais democráticos de participação política. As Unidades de

Polícia Pacificadora são emblemáticas enquanto projeto de cidade, na medida em que são localizadas precisamente onde há interesses olímpicos e imobiliários (Freeman, 2012).

Neste contexto de violenta intervenção sobre a cidade, percebemos no Rio de Janeiro maior grau mobilização da sociedade civil organizada. Em parte, como desdobramento de organização preexistente, criada por ocasião dos jogos Pan-americanos de 2007.

Procuramos aqui verificar semelhanças e diferenças entre os Jogos de 2012 e 2016. Há diferenças evidentes. Mas no plano mais geral, respondem ambos, em graus distintos, a um modo de “fazer cidade” que se tornou hegemônico. Em suma, os jogos olímpicos da atualidade estão articulados ao modo de gestão empreendedorista da cidade e suas estratégias de governança. Desfrutando de poder simbólico, acionam vultosos investimentos públicos, atraem interesses imobiliários e promovem a “acumulação por despossessão”, de que nos fala David Harvey. Ainda que cada caso, cada evento, cada cidade-sede apresente suas particularidades, níveis distintos de exercício da força, orçamentos distintos, e graus igualmente distintos de impacto na cidade, no geral o que fica como legado é um conjunto de instalações ociosas e onerosas. E uma geografia social bem menos generosa.

Referências

- BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. 2012. *Architecture of London 2012 : Vision Design Legacy: An Official London 2012 Games Publication*, London, Dyckhoff Publisher.
- BARTH, G. 1980. *City People: the rise of modern city culture in nineteenth century America*. Oxford: Oxford University Press.
- BIENENSTEIN, G., SANCHEZ, F., MASCARENHAS, G. 2012. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? (on line) ano 7, n. 19. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.
- BROHM, J-M. 2008. *Pierre de Coubertin, Le seigneur des anneaux: aux fondements de l'olympisme*. Paris, Homnisphères.
- BROUDEHOUX, Anne-Marie. 2007. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, 29 (4), pp. 383-399.
- CAPEL, Horacio. 2007. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado "Modelo Barcelona". *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, n. 233.

- DELGADO, Manuel. 2007 *La ciudad mentirosa: fraude y miséria del modelo Barcelona*. Madrid, Catarata.
- FREEMAN, J. 2012. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, p. 95-126.
- GRAVARI-BARBAS, M. 2000. *La ville festive: espaces, expressions, acteurs*. Tese H.D.R., Université d'Angers, Angers (France).
- HARVEY, D. 1996. Do gerenciamento ao "empresariamento": a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, pp. 48-64.
- _____. 2005. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- _____. 2011. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: editions Amsterdam.
- HOGGART, K. e GREEN, D. 1991. *London: a new metropolitan geography*. London: Hoggart and Green editors.
- LENSKYJ, H. 2008. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propagand*, New York: State University of N. York Press.
- LIMA JUNIOR, P. 2010. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- MARICATO, E. 2000. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: :_____, ARANTES, O., e VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 3ª Edição Editora Vozes, Petrópolis.
- MASCARENHAS, G. 2008. O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas*. Xapacó: Argos.
- _____. 2007. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. *Scripta Nova: revista electrónica de geografia y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (13). Available: <http://www.efdeportes.com>
- _____. 2004. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? *LECTURAS: Educación Física y Deporte* (on line). Año 8 - Nº 78. Available: <http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>.
- MASCARENHAS, G., BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. 2011. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ e EdUERj.
- MASSEY, D. 2007. *World City*. London: Potety Press.

- PRONI, M. 2008. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*, ano 3, n9. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.
- RACO, M., TUNNEY, E. 2010. Visibilities and Invisibilities in Urban Development: Small Business Communities and the London Olympics 2012. *Urban Studies*, xx(x), PP. 1-23.
- ROLNIK, R. 2010. Olimpíada e Copa trazem prejuízo social. (on line) Available: <http://raquelrolnik.wordpress.com>
- SMITH, N. 1996 . *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge.
- VAINER, C.B. 2000. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- _____. 2000. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Rio de Janeiro.